

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PROJETO DE LEI Nº 3.724 DE 2012

Inscribe o nome do Cacique Serigy no Livro dos Heróis da Pátria.

Autor: Deputado Rogério Carvalho

Relator: Deputado Jean Wyllys

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei elaborado pelo nobre Deputado Rogério Carvalho visa a inclusão do nome do Cacique Serigy no Livro dos Heróis da Pátria, de acordo com a Lei 11.597 de 2007.

Segundo autor do projeto, o Cacique Serigy se destacou nos anos de 1590 porque liderou resistência à colonização Portuguesa no estado de Sergipe.

A justificativa ainda relembra a importância da inclusão do nome de um índio no Livro dos Heróis da Pátria como reconhecimento do símbolo indígena na história brasileira. “Nosso herói indígena terá direito a um pedaço de chão, nem que seja no plano simbólico dos valores dos nossos heróis”.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATO

De acordo com a Lei 11.597 de 2007, O Livro dos Heróis da Pátria destina-se ao registro perpétuo do nome dos brasileiros ou de grupos de brasileiros que tenham oferecido a vida à Pátria, para sua defesa e construção, com excepcional dedicação e heroísmo.

Atualmente, o Livro dos Heróis da Pátria conta com dez nomes, sendo eles: Joaquim José da Silva Xavier (1746 - 1792), famoso Tiradentes; Zumbi dos Palmares (1655 - 1695); Marechal Deodoro da Fonseca (1827 - 1892); Dom Pedro I

(1798 - 1834); Duque de Caxias (1803 - 1880); Plácido de Castro (1873 - 1908); Almirante Tamandaré (1807 - 1897); Almirante Barroso (1804 - 1882); Alberto Santos Dumont (1873 - 1932); e José Bonifácio de Andrade e Silva (1763 - 1838). Curioso notar que dentre esses dez nomes, nove são brancos, um é negro e nenhum é índio.

Nada que nos assuste, pois já é sabido que o estudo de História do Brasil possuiu uma herança derivada do colonialismo cultural, que supervaloriza os feitos europeus, considerados “civilizados”, e minimiza ou exclui qualquer referência à história afro-brasileira e indígena. Essa história, marcada pela escravidão nos negros vindos da África e dos índios nativos do solo brasileiro, teve como uma de suas resultantes, o surgimento de concepções e práticas racistas e preconceituosas que perduram até os dias atuais.

Nada disso é aleatório ou espontâneo. As próprias instituições educacionais, políticas e culturais, inclusive os órgãos do Poder Público, assumem um caráter homogeneizador de reprodução das idéias e valores da classe dominante, prevalecendo um padrão estético e histórico vinculado à sociedade europeia. Isso exclui as referências negro-africana e indígena da formação da sociedade brasileira. E assim, os brasileiros deixam de reconhecer uma parte importante de suas raízes históricas, componente de sua identidade nacional e cultural.

Com efeito, a reprodução da hegemonia dos valores estéticos e culturais da elite branca (incluindo os que a esta foram assimilados), baseada numa suposta “*democracia racial*” e alicerçada numa aparente “competição democrática” tem como consequência: (1) o impedimento da formação da identidade coletiva e da mobilização dos segmentos negro e indígena que atribuem sua condição a questões estritamente socioeconômicas ou ético-morais (incompetência, preguiça, malandragem, etc.); ou (2) muitas vezes, a marginalização, o ocultamento e a descaracterização das lutas desses segmentos contra a opressão que sofrem.

Para se construir uma sociedade com justiça social e equidade, é necessário ter, como ponto de partida uma identidade coletiva mobilizadora que possibilite romper com a hegemonia dos valores estéticos e culturais da elite branca e, nesse sentido, com o olhar do outro sobre si mesmo.

É na especificidade das relações étnico-raciais no Brasil, portanto, que devemos refletir sob quais mecanismos e bases as instituições políticas, culturais e educacionais reproduziram e reproduzem os valores e padrões dessa elite, em detrimento de visões de mundo e contribuições culturais de outros grupos que não só formaram nossa história, mas são expressivos numericamente em nossa população.

É nessa perspectiva que inscrição de um herói “dos vencidos” no Livro de Heróis da Pátria se torna tão importante. A história brasileira não é só a história das contribuições portuguesa, espanhola e europeia, mas também a história das contribuições indígena, negra e mestiça.

O Cacique Serigy se destacou dentre as lideranças indígenas porque nos anos 1590, liderou uma forte milícia indígena treinada para a defesa territorial contra os invasores portugueses. A resistência do Cacique Serigy não foi só pela preservação do seu povo, mas também pela justiça e pelo direito a terra. Após um mês de batalha desigual, em janeiro de 1590, os portugueses conquistaram a cidade de Aracaju e a tribo do Cacique Serigy foi extinta.

Conforme já salientado anteriormente, a inscrição do Cacique Serigy no Livro dos Heróis da Pátria será um passo decisivo rumo ao reconhecimento da contribuição dos povos indígenas para a história do Brasil e, mais ainda, ao reconhecimento da negligência vergonhosa em relação aos direitos desse segmento da sociedade, que não mais deve acontecer.

Cabe citar a justificativa do nobre deputado Padre Ton:

“nosso herói indígena terá direito a um pedaço de chão, nem que seja no plano simbólico dos valores dos nossos heróis [...] o herói indígena que estará ali representando a defesa da própria terra oferecerá alusão a nossas origens e permanente motivo para garantir os direitos dos povos indígenas à demarcação de terras, à apropriação das riquezas nessas terras, ao desenvolvimento da cultura, à saúde, à educação de sua língua, entre outros direitos”.

Diante do exposto o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.724 de 2012.

Sala de Comissões, de agosto de 2012.

Jean Wyllys

Deputado Federal

PSOL / RJ